7
O GOLPE MILITAR DE 1964 COMO FENÔMENO DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Luiz Alberto Moniz Bandeira

O Brasil emergiu do regime colonial como Estado unitário e desfrutou de plena estabilidade política quase todo o tempo do Império, no século XIX. Sua ordem constitucional só foi subvertida em 1889 pelo golpe militar que proclamou a República e instaurou o presidencialismo. Essa forma de governo constituía um fenômeno típico do continente americano. Ela surgiu nos EUA que, por ocasião de sua independência e da instauração da República, eram um país de economia agrícola em que a pequena burguesia predominava, ao tomar por modelo a monarquia constitucional, ainda prevalecente na Grã-Bretanha, onde o regime parlamentarista, mais democrático, só se afirmou depois de 1831. Como George Washington, comandante da luta revolucionária pela independência dos EUA, não quis pôr sobre a cabeça a coroa, elegeram-no presidente da República, com os mesmos poderes de um rei, embora dentro de um determinado tempo de mandato. Nos países da América espanhola, onde os caudilhos militares promoveram as lutas pela independência e assumiram o poder, o presidencialismo propagou-se, encobrindo formas ditatoriais de governo. O presidencialismo teve, portanto, suas raízes no governo pessoal, apresentando as mesmas características das chamadas "monarquias constitucionais", com suas contradições, ou seja, legislação democrática e execução autocrática, irresponsabilidade do presidente, que o punha a salvo das sanções criminais e cujos

atos perdiam o caráter delituoso. O remédio, como o *impeachment*, para a solução de crises no poder só excepcionalmente funcionou, como aconteceu com o presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo, em 1992. Na Europa, devido à participação das massas no processo político, o que se desenvolveu, pelo contrário, foi o parlamentarismo, uma forma de governo mais flexível, mais aberta, que permitia a solução das crises de poder dentro dos marcos constitucionais. A única experiência presidencialista que a história registrou no século XIX ocorreu na França e culminou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, o célebre 18 Brumário de Luís Bonaparte. O golpe de Estado constituiu o reverso da moeda do presidencialismo.

A proclamação da República no Brasil representou um retrocesso institucional. O golpe militar de 1889 que a gerou substituiu o *presidente vitalício* (o imperador), de um regime parlamentarista, pelo sistema de *imperadores temporários* (os presidentes), com poderes mais absolutos e um regime presidencialista em que o Exército se tornou o poder moderador. Não obstante, o poder civil, sob o controle de oligarquias agroexportadoras, predominou e manteve a moldura democrático-representativa, não só no Brasil (salvo os quatro anos subsequentes à proclamação da República) como na Argentina, entre 1890 e 1930. Àquela época, a profunda crise do sistema capitalista, manifestada com o colapso da bolsa de Nova York, em 1929, estremeceu praticamente todos os países da América Latina e desencadeou, nos anos subsequentes, fortes abalos políticos, golpes de Estado e revoluções. Os EUA, sem dúvida alguma, tiveram responsabilidade pelo estabelecimento e sustentação de muitas ditaduras em vários países da América Latina, ao apoiarem as facções políticas mais dóceis aos seus interesses econômicos e políticos. Não se pode negar, naturalmente, que os golpes de Estado que as instituíram foram, em larga medida, desencadeados por facções militares que trataram de resolver problemas de política interna, uma vez que a crise de poder, devido à rigidez do regime presidencialista, não encontrava solução

dentro dos limites constitucionais. Entretanto, a partir de 1960, a tendência das Forças Armadas para intervir como instituição no processo político da América Latina não decorreu apenas de fatores endógenos, inerentes aos países daquela região. Constituiu, na verdade, muito mais um fenômeno de política internacional continental que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc., uma vez que fora determinada, em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos, a partir daquela época, promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, particularmente por meio da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contrainsurreição e da *ação cívica*. Tanto isso é certo que a manifestação das Forças Armadas, em princípio, visou, sobretudo, ditar decisões diplomáticas, modificar diretrizes de política exterior, e ocorreu geralmente nos países cujos governos se recusavam a romper relações com Cuba. E daí o surto militarista, com a propagação dos golpes de Estado, que tinham como principal fonte de inspiração a Junta Interamericana de Defesa. Logo após a reunião de Punta del Este, enquanto a crise atingia o ápice na Argentina e a situação no Equador deteriorava-se, os militares peruanos, em serviço na Junta Interamericana de Defesa, procuraram os representantes chilenos e os convidaram "para fazer no Chile o que eles pretendiam no Peru"[1]. O governo chileno, que se abstivera, como a Argentina, o Brasil e o Equador, na votação para expulsar Cuba da OEA, foi notificado, e o informante do embaixador Ilmar Pena Marinho manifestou-lhe a impressão de que, se o candidato da oposição à Presidência da República, Victor Haya de la Torre, líder da Apra (Aliança Popular Revolucionária), triunfasse, o golpe militar no Peru ocorreria quiçá até mesmo antes que as eleições se realizassem[2]. Pouco tempo depois, o ministro da Guerra do Peru advertiu contra o apoio de Kennedy à "convivência pradismo-aprismo", ou seja, entre os partidários do presidente Manuel Prado e os "segunda consequência"; na Argentina fora o "estímulo indireto" dado aos militares para que anulassem prati-

camente a Constituição daquele país em virtude da vitória do peronismo[3].

As contradições entre o Departamento de Estado e o Pentágono, a gerar atritos dentro da administração de Kennedy, não implicavam, naturalmente, uma dualidade de objetivos, porém uma diferença nos métodos considerados mais eficientes. Destarte, enquanto o Departamento de Estado tendia a privilegiar os regimes que mantivessem, ainda que aparentemente, o caráter democrático-representativo, incentivando soluções dentro da moldura constitucional, o Pentágono procurava favorecer os governos de exceção com base militar, por julgá-los o melhor meio para reprimir a ameaça revolucionária, de acordo com a percepção de que o comunismo constituía mero caso de polícia[4]. Evidentemente, tanto dentro do Departamento de Estado quanto do Pentágono elementos havia contrários à orientação de suas respectivas agências na formulação e na condução da política exterior dos Estados Unidos. Mas, de qualquer forma, as discrepâncias entre elas transpareceram nitidamente durante a administração de Kennedy, sobretudo nos seguintes episódios:

1. A tentativa de golpe no Brasil, a fim de impedir a ascensão de João Goulart à Presidência da República, vacante em virtude da renúncia de Jânio Quadros (1961).
2. O golpe militar na Argentina contra o presidente Arturo Frondizi, logo após a Conferência de Punta del Este (1962).
3. O golpe militar no Peru, depois das eleições para a Presidência da República (1962).
4. O golpe militar na Guatemala (1963).
5. O golpe militar no Equador (1963).

O golpe militar, visando impedir a ascensão de Goulart à Presidência do Brasil, não se consumou devido à resistência liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, bem como ao fato de que o governo Kennedy não se dispunha a apro-

var a ruptura da legalidade no maior país da América do Sul logo após o lançamento da Aliança para o Progresso. A fórmula do parlamentarismo representou uma transação que conciliou o objetivo do Pentágono, colimado pelos ministros militares (retirar de Goulart os poderes de governo, na medida em que não mais podiam evitar sua investidura como presidente, diante da resistência nacional), com o método preferencial de Kennedy e do secretário de Estado, Dean Rusk (respeito ao funcionamento formal do regime democrático-representativo). No caso da deposição de Frondizi, como, depois, por ocasião dos golpes militares no Peru, na Guatemala e no Equador, a reação em Washington evoluiu, rapidamente, de um quase protesto inicial para uma atitude de expectativa e, por fim, para uma acomodação total diante dos fatos consumados. Assim,

a) durante os 12 dias da crise de março de 1962, Kennedy demonstrou que preferia o *democratic procedure* para a sua solução, uma vez que a continuidade de qualquer auxílio à Argentina, dentro do programa da Aliança para o Progresso, afigurar-se-ia como apoio à anulação das eleições e à implantação de uma ditadura militar;
b) consumado o golpe de Estado e preso Frondizi, o governo dos Estados Unidos suspendeu a ajuda econômica e retirou qualquer apoio à moeda (peso) argentina;
c) no dia seguinte, a imprensa norte-americana começou a registrar o fato de que "felizmente para a administração um mínimo de sucessão constitucional foi mantido" com a posse de José Maria Guido na Presidência[5];
d) em 18 de abril, 20 dias depois do golpe, os Estados Unidos reconheceram o novo governo da Argentina;
e) em 7 de maio, Bonifácio del Carril, como novo ministro das Relações Exteriores da Argentina, declarou que "não toleraria qualquer manifestação de política neutralista" a advogar total fidelidade ao Ocidente e à liderança dos Estados Unidos, o

que os comentaristas norte-americanos assinalaram como uma "completa reviravolta" na situação de alguns meses antes, quando Frondizi procurava mediar o conflito com Cuba;

f) em 7 de junho, o Tesouro norte-americano restabeleceu o apoio ao peso, que se desvalorizara desde o começo da crise em 60%, concedendo à Argentina um empréstimo de US$ 50 milhões, ao mesmo tempo em que o Fundo Monetário Internacional lhe permitia uma retirada de US$ 100 milhões.

O comportamento vacilante e, por fim, o recuo de Kennedy diante da situação na Argentina estimularam, sem dúvida alguma, o golpe de Estado que os militares, a cumprirem suas ameaças, desfecharam poucos dias depois no Peru, a fim de anular as eleições do dia 10 de junho. Com efeito,

a) já em 31 de maio, os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica do Peru anunciaram que anulariam as eleições para a Presidência da República, se indícios de "fraude" nos seus resultados houvesse;
b) a imprensa dos Estados Unidos comentou que "o peso da declaração caía principalmente sobre Haya de la Torre e a Apra" e registrou certa inquietação nos círculos governamentais de Washington[6];
c) realizadas as eleições no dia 10 de junho, três dias depois que os Estados Unidos restabeleceram a assistência financeira à Argentina, os militares desencadearam as pressões sobre a junta apuradora, para que não publicasse os resultados e, depois, sobre o presidente Manoel Prado, com o objetivo de o compelir a decretar sua nulidade ao verificar que Haya de la Torre obtivera a maioria dos votos, mas não alcançara o terço constitucional;
d) como as pressões não tiveram êxito, os militares, no dia 18 de junho, derrubaram o governo e prenderam o presidente Prado;

e) no mesmo dia, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com o Peru, cortando-lhe toda a cooperação econômica e militar, enquanto o próprio Kennedy condenava publicamente aquele golpe de Estado como um *serious setback* para a Aliança para o Progresso[7];
f) no dia 26 de junho, o chefe da junta militar acusou o embaixador dos Estados Unidos em Lima, James Loeb, de interferir nos assuntos internos do Peru, a fim de favorecer Haya de la Torre;
g) e 29 dias depois do golpe de Estado, os Estados Unidos reconheceram a junta militar como "governo provisório" do Peru; em troca de uma promessa de eleições, previstas para 1963, restabeleceram relações diplomáticas, bem como a cooperação econômica e militar com aquele país.

O golpe de Estado na Guatemala também não surpreendera o governo dos Estados Unidos, embora seus porta-vozes não encontrassem uma explicação para o fato de que os militares derrubaram o presidente Miguel Ydígoras Fuentes, acusando-o de fraqueza e tolerância diante da ameaça comunista quando ele reclamara medidas drásticas contra Cuba, duas semanas antes, durante a Conferência dos Presidentes Centro-Americanos, em San José de Costa Rica.

De acordo com a análise da embaixada do Brasil em Washington, os acontecimentos na Guatemala representaram o modelo clássico dos golpes militares hispano-americanos, ou seja, derrubada do governo, suspensão das garantias constitucionais, deportação do presidente, fechamento do Congresso, proibição de atividades políticas e concentração dos poderes Executivo e Legislativo em mãos de um coronel que governaria por decretos[8]. Desse modo,

a) a deposição do governo autoritário e francamente anticomunista do presidente Miguel Ydígoras Fuentes representou uma radicalização de extrema direita;

b) apesar da alegação de que guerrilhas castristas ou comunistas operavam nas montanhas da Guatemala, o golpe de Estado teve como objetivo evitar o retorno ao poder, através das eleições, do ex-presidente Juan José Arévalo, apontado como homem de esquerda;
c) nas eleições para a Presidência da República, a ocorrerem naquele ano (1963), Ydígoras Fuentes tendia a apoiar a candidatura de Roberto Alejos, grande fazendeiro de café e irmão do embaixador da Guatemala em Washington, mas foi acusado de manter entendimentos com Arévalo, que facilmente venceria as eleições, segundo observadores;
d) em 17 de abril, 18 dias depois do golpe de Estado, os Estados Unidos reconheceram a ditadura militar do coronel Enrique Peralta Azurdia, havendo o Departamento de Estado aceitado como "compromisso" uma declaração informal por ele divulgada, no sentido de que poderia convocar eleições na Guatemala, mais ou menos, dentro de dois anos[9].

O caso do Equador, onde a prolongada crise culminou em 1963, com a deposição do presidente Arosemena Monroy, apresentou alguma similitude tanto com o que se passou no Brasil, após a renúncia do presidente Quadros, quanto com o que ocorreu na Argentina e no Peru, a revelar as oscilações e a ambiguidade da política dos Estados Unidos *vis-à-vis* a América Latina:

a) De modo semelhante ao de Goulart, Arosemena Monroy, como vice-presidente do Equador, arrostara a oposição dos ministros militares e assumira o governo, em 1961, com o apoio de forte movimento popular e de parte das Forças Armadas, em nome da legalidade democrática;
b) seis meses depois, em maio de 1962, um levante militar compeliu-o a romper relações com Cuba, tal como se passara em março com Frondizi, e o Fundo Monetário Internacional, logo

em seguida (junho), concedeu ao Equador um crédito de US$ 5 milhões, a fim de ajudar o seu equilíbrio orçamentário;

c) Arosemena Monroy realizou então uma visita oficial aos Estados Unidos, mas não obteve grande êxito nem conseguiu estabilizar a situação política no Equador;

d) cerca de um ano depois, foi deposto e deportado para o Panamá e substituído por uma junta militar, que suspendeu as liberdades políticas, proscreveu o comunismo e desencadeou a repressão contra todos os elementos de esquerda cujos nomes foram retirados de uma lista de vigilância e controle que a CIA fornecera[10];

e) 21 dias após a deposição de Arosemena Monroy, o governo dos Estados Unidos reconheceu a junta militar, que já emitira um comunicado afirmando que não permaneceria muito tempo no poder.

Conforme se pode observar, o governo Kennedy, que considerava a democracia representativa um dos meios mais eficientes para o combate ao comunismo, condenava os golpes de Estado, mas, pouco tempo depois, demonstrava tolerância e, por fim, acomodava-se com as ditaduras de extrema direita por eles instituídas. Essa falta de consistência evidenciou-se nitidamente na política dos Estados Unidos diante dos acontecimentos na Argentina (1962), no Peru (1962), na Guatemala (1963) e no Equador (1963). Durante a administração de Kennedy, o Departamento de Estado sempre manifestou publicamente sua preocupação com qualquer atentado à democracia representativa no hemisfério. Porém, mesmo que provas concretas não existissem sobre a ingerência direta do Pentágono, a estimular golpes militares na América Latina, não restava a menor dúvida de que suas pressões levaram os Estados Unidos a reconhecer e a cultivar "relações amistosas com as piores ditaduras de direita", segundo a análise da embaixada do Brasil naquele país, a salientar que, "do ponto de vista dos setores militares de Washington, tais governos são muito mais

úteis aos interesses da segurança continental do que os regimes constitucionais"[11].

De fato, àquele tempo, o que mais afetava, no hemisfério, os interesses de segurança dos Estados Unidos não era exatamente a luta armada pró-comunista, como as guerrilhas na Venezuela e na Colômbia, mas sim o desenvolvimento da própria democracia naqueles países, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista, e os sentimentos antinorte-americanos, a envolverem a maioria do povo, passavam a condicionar o comportamento de seus respectivos governos. Assim, de acordo com todas as evidências, mais que uma questão de política nacional, de política interna de países como Argentina, Peru, Guatemala, Equador ou Brasil, os golpes de Estado que, depois da revolução cubana, abalaram toda a América Latina constituíram um fenômeno de política internacional cujo epicentro se encontrava na mutação da estratégia de segurança continental, promovida pelo Pentágono. E, não sem motivo, o embaixador Ilmar Pena Marinho, chefe da delegação do Brasil na OEA, manifestou sua preocupação com a possibilidade de que o Colégio Interamericano de Defesa, criado por pressão dos Estados Unidos, viesse a transformar-se em uma "academia de golpes de Estado"[12], em que os estagiários e instrutores norte-americanos, a influenciar seus colegas latino-americanos, manifestassem abertamente opiniões sobre a necessidade de criar um sistema permanente de ação coletiva, capaz de intervir onde quer que não se pudesse enfrentar, com recursos internos do próprio país, a ameaça comunista[13]. O empenho de Kennedy, por meio do Departamento de Estado, em preservar, ainda que aparentemente, o invólucro democrático-representativo dos regimes políticos nos países latino-americanos visou criar condições morais que justificassem a continuidade da campanha não apenas contra Cuba como, também, contra qualquer revolução social que no continente viesse a ocorrer. Entretanto, não significava que ele e seus

colaboradores, os homens da "Nova Fronteira", tinham preconceitos contra golpes de Estado.

Eles, aliás, não tinham preconceitos nem mesmo contra assassinatos e outras ações de terrorismo. A CIA fornecera todos os armamentos — rifles, pistolas e metralhadoras — aos dissidentes que tencionavam, na República Dominicana, assassinar o ditador Rafael Trujillo, e a Casa Branca, bem como o Departamento de Estado, soube antecipadamente do crime cometido com êxito em maio de 1961[14]. Outro complô igual fora planejado, simultaneamente, contra o ditador do Haiti, François Duvalier, conforme o próprio embaixador Adolf Berle Jr. revelara ao chanceler Afonso Arinos, ao visitar o Brasil em fevereiro de 1961[15]. O plano dos Estados Unidos, para o qual Berle Jr. pedira então o apoio ou, pelo menos, o beneplácito do presidente Quadros, consistia em apresentar a invasão de Cuba como parte de um movimento mais amplo, com o objetivo de restaurar a democracia representativa nos diversos países do continente, onde quer que ditaduras existissem[16]. Como Fidel Castro, no entanto, sobrevivera ao derrotar em Playa Girón (abril de 1961) o ataque organizado pela CIA, Kennedy passou a receber pressões para autorizar seu assassinato, e tanto admitia a possibilidade que consultou a opinião do jornalista Tad Szulc, especialista em Cuba, durante uma conversa *off-the--record*, em novembro de 1961.

Segundo o jornalista Tad Szulc, o projeto AM LASH para o assassinato de Fidel Castro fora tão sigilosamente mantido pela CIA que nem mesmo Kennedy soubera de sua existência[17]. Por sua vez, tanto Dean Rusk, secretário de Estado, quanto McGeorges Bundy, ao prestarem, posteriormente, depoimento perante o Senado norte-americano, julgaram difícil conceber que Kennedy permitisse o uso de um estratagema para assassinar Fidel Castro, enquanto o embaixador William Atwood realizava gestões a fim de normalizar as relações entre Cuba e os Estados Unidos. Mas não era improvável. O Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional, durante o mês de outubro de 1963, autorizou várias

operações de sabotagem que incluíam a destruição de uma central de energia elétrica, uma refinaria de petróleo e uma usina de açúcar, visando à desestabilização do governo de Fidel Castro[18]. E não o fez, aparentemente, sem o conhecimento de Kennedy. De qualquer forma, foi durante sua administração que os Estados Unidos começaram a recorrer mais amplamente ao terrorismo sob todas as modalidades, como instrumento de política exterior, ao *mesmo tempo* em que preparavam os grupos especiais de contrainsurreição (CI ou *Green Berets*), com treinamento em táticas militares e paramilitares, bem como em técnicas de guerrilhas, para intervir nos diversos países, inclusive o Brasil.

A penetração do Brasil pelos norte-americanos, com o empreendimento das mais variadas modalidades de *covert action* e *spoiling action*, engravesceu, sem dúvida alguma, a crise interna, induzindo artificialmente o processo político à radicalização muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais. Não havia, naquelas circunstâncias, sequer a possibilidade de que Cuba viesse a estimular qualquer insurreição contra o governo de Goulart, que defendia seu direito à autodeterminação; nem à União Soviética, empenhada em combater o stalinismo chinês, interessava criar outro problema na América Latina. O jornalista Tad Szulc, do *The New York Times*, reconheceu como "evidente" que "não foi a influência direta de agentes, dinheiro ou armas de Cuba que levou Goulart e seus companheiros à beira de um Estado quase revolucionário no Brasil", embora fosse "inconfundível a influência psicológica e intelectual" da revolução de Fidel Castro, "ainda que transmutada em termos puramente brasileiros"[19]. Com efeito, o que levou Goulart à beira de um "Estado quase revolucionário", se é que assim se pode considerar o desbordo da democracia sob o seu governo, foi principalmente o fato de que Kennedy, com as promessas de reformas da Nova Fronteira e da Aliança para o Progresso, reagiu, diante de algumas nacionalizações (que nada tinham de socialistas e, sim, visavam à expansão nacional do capitalismo), bem como dos esforços do Brasil para

manter maior independência em suas políticas interna e externa, do mesmo modo que Eisenhower em face das primeiras mudanças empreendidas por Castro. Assim, as lutas sociais, das quais, no Brasil, a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes, condicionaram, em larga medida, o comportamento de Kennedy e a forte hostilidade dos Estados Unidos a Goulart; porquanto àquela época as corporações multinacionais, em busca de fatores mais baratos de produção, não podiam tolerar nos *new industrializing countries* nenhum governo de corte social-democrático que, sob influência dos sindicatos, favorecesse a valorização da força de trabalho.

O Conselho das Américas, sob a liderança de David Rockfeller, empenhou-se efetivamente na desestabilização do governo de Goulart, com o conhecimento e a participação da CIA, conforme o depoimento do ex- embaixador do Chile, Edward Korry, perante o Senado dos Estados Unidos[20]. No segundo semestre de 1962, a somar-se à ITT, a Hanna passou a pressionar o governo Kennedy para não dar nenhuma assistência financeira ao Brasil até que Goulart resolvesse o caso do cancelamento de suas concessões no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais[21]. O banqueiro William H. Drapper, que visitou o Brasil em missão oficial, manteve durante as primeiras semanas de outubro daquele ano diversos contatos com elementos da comunidade empresarial norte-americana e, a refletir suas opiniões, sugeriu a Dean Rusk que os Estados Unidos adotassem a *linha-dura*, recusando qualquer ajuda ao balanço de pagamentos do Brasil até que Goulart aplicasse um plano de estabilização monetária satisfatório para o FMI ou caísse do governo, tragado pela voragem da crise de suas contas externas[22]. Sua perspectiva era a de que Goulart provavelmente não executasse o plano de estabilização monetária e, infletindo mais para a esquerda, possibilitasse a "polarização das forças políticas domésticas", e, em uma segunda etapa, o golpe de Estado, com a instauração de forte regime militar de direita, "mais bem

orientado para os Estados Unidos"[23]. John Richard, executivo da RCA e presidente da Câmara Americana de Comércio, sugeriu-lhes que os Estados Unidos forçassem o colapso econômico do Brasil, com o corte de toda ajuda ao governo de Goulart, de modo a produzir sua queda e abrir o caminho para os militares[24]. Gordon, por outro lado, temeu que Goulart se fortalecesse pela onda do antiamericanismo e realizasse expropriações maciças de empresas dos Estados Unidos, razão pela qual propôs o adiamento de tão drásticas decisões, por poucos meses mais até a realização do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, quando o povo decidiria pela restauração do presidencialismo[25].

Entretanto, embora o governo de Goulart aprovasse a inspeção dos navios com destino a Cuba durante a crise dos mísseis, demonstrando que a defesa de sua autodeterminação não significava favorecimento da expansão militar da União Soviética ou abdicação dos compromissos fundamentais com o Ocidente, Kennedy, em dezembro de 1962, já se mostrava desmesuradamente inquieto e nervoso com a situação no Brasil. No dia 11 daquele mês, reuniu o Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional para examinar a "ameaça comunista" no Brasil e a crise de seu balanço de pagamentos. Ao que tudo indica, naquela oportunidade decidiu-se que os Estados Unidos suspenderiam totalmente qualquer financiamento ao governo Goulart, nada fazendo (como, por exemplo, prorrogação de vencimentos) para aliviar as dificuldades de suas contas externas e só destinando recursos aos estados, depois denominados "ilhas de sanidade administrativa"[26], cujos governadores fossem militantes anticomunistas[27]. No dia seguinte, ao falar à imprensa, referiu-se duramente à situação do Brasil, declarando que uma inflação de 5% ao mês anulava a ajuda norte-americana e aumentava a instabilidade política. Segundo ele, uma inflação no ritmo de 50% ao ano não tinha precedentes, e os Estados Unidos nada podiam fazer para beneficiar o povo do Brasil enquanto a situação monetária e fiscal do país fosse tão instável[28]. Sua atitude, ao afirmar praticamente que uma outra nação

estava em bancarrota, chocou o governo Goulart, que a considerou irresponsável, pois seus efeitos econômicos e políticos seriam desastrosos para o Brasil e, em particular, para seus créditos externos. E, enquanto sua entrevista repercutia, Kennedy, no dia 13, recebeu em audiência o senador Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil, e Lleras Camargo, ex-presidente da Colômbia, abordando com eles o tema da América Latina e, em particular, do Brasil. Kubitschek, que notara uma crescente animosidade contra o Brasil nos Estados Unidos, defendeu Goulart como um "homem de sólidos princípios, com bom entendimento político", que necessitava sentir-se apoiado para contra-arrestar as influências adversas, tais como a de seu cunhado, Leonel Brizola, "violentamente antiamericano"[29]. Kennedy ponderou que não importava quanto os Estados Unidos haviam aplicado no Brasil, mas a verdade era que o dinheiro não produzira nenhum resultado, uma vez que a inflação e a fuga de capitais continuavam. O outro fato a preocupar, segundo ele, era a forte influência marxista ou comunista no movimento operário e em outras áreas importantes da sociedade brasileira, o que contribuía para o total agravamento da situação. Kubitschek explicou que os elementos de esquerda, embora não apresentassem um peso significativo, eram muito atuantes e barulhentos, de modo que contribuíam para impopularizar a Aliança para o Progresso, e instigou Kennedy, várias vezes, a cooperar com o Brasil — e sem demora — na solução de seus problemas de balanço de pagamentos. No curso da conversa, salientou que na sua administração o Brasil recebera mais de US$ 2,5 bilhões, o equivalente à média anual de US$ 500 milhões, o que contrastava com os parcos US$ 10 milhões investidos naquele ano. Kennedy ponderou que as políticas radicais de nacionalização do capital e expropriação de empresas estrangeiras afugentavam cada vez mais os investimentos. E Kubitschek aproveitou, mais adiante, uma oportunidade para salientar que, durante seu mandato, promovera o desenvolvimento do Brasil, alcançando grande sucesso mesmo sem quase receber ajuda do governo dos

Estados Unidos. E havia certas áreas, como a situação do balanço de pagamentos, em que a cooperação dos Estados Unidos, ele enfatizou, seria muito útil. Os argumentos de Kubitschek em favor da colaboração com Goulart não sensibilizaram Kennedy. Por duas vezes, ele repetiu que considerava a situação do Brasil, devido à sua natureza e à sua posição-chave nos assuntos do hemisfério, mais grave que a de Cuba, que afinal era um país pequeno, e por isso tinha a máxima prioridade. Contudo, acentuou, o fato era que, não importando o que os Estados Unidos fizessem, a situação do Brasil deveria deteriorar-se[30].

Efetivamente, desde, pelo menos, julho de 1963, os Estados Unidos começaram a estudar vários planos de emergência denominados *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente contra o governo Goulart, diante da possibilidade de que ele, como consequência da pressão econômica, se dirigisse para a esquerda, não propriamente comunista e sim sob a forma de *autoritarismo ultranacionalista*, algo no modelo Vargas ou Perón, conforme a CIA avaliara[31]. Em 10 de outubro, à mesma época em que o Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos autorizara novas operações de sabotagem em Cuba, os soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército brasileiro, sob o comando do major Ary Abrahão Ellis, vasculharam um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, e descobriram dez metralhadoras Thompson, calibre 45; vinte carregadores; setenta e duas caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45; dez granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN); e um radiotransmissor Motorola, marcado com o símbolo do programa Ponto IV (mãos apertadas), da embaixada dos Estados Unidos[32]. O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, declarou que as metralhadoras Thompson tinham entrado clandestinamente no Brasil, pois nenhuma daquele tipo existia nas organizações da Polícia nem no Exército, cujos oficiais desconheciam todos aqueles modelos de armamentos, tão modernos que eram[33]. E as investigações evidenciaram a existência de uma trama para a eliminação de

Goulart e de seus filhos, bem como de muitos políticos e generais favoráveis ao governo[34]. A CIA, sem dúvida alguma, estava por trás do complô. Entretanto, cerca de 40 dias depois, foi Kennedy quem sucumbiu, tornando-se ele próprio alvo também do terrorismo. E o governo de Goulart não sobreviveu mais que quatro meses. Um golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, derrubou-o, com apoio aberto dos Estados Unidos, que começaram a desencadear — aí, divergências entre o Pentágono e o Departamento de Estado não houve — a operação *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente no Brasil, se necessário fosse. Uma força-tarefa norte-americana, incluindo o porta-aviões Forrestal, recebeu ordem de rumar para o Atlântico Sul[35]. E, caso a guerra civil irrompesse no Brasil, a Argentina solicitaria a intervenção da OEA, conforme o general Leopoldo Suarez, ministro da Defesa, comunicou a Washington, após conferência com o presidente Arturo Illia e o ministro das Relações Exteriores, Miguel Angel Zavalla Ortiz[36]. Evidentemente, ela se dispunha a invadir seu território, e essa perspectiva fora o que levara suas Forças Armadas a autorizar a construção de rodovias com recursos da Agência Internacional de Desenvolvimento, nas províncias de Entre-Rios e Corrientes, limítrofes do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que multiplicavam as guarnições existentes naquela região[37]. Tratava-se, provavelmente, da outra face da operação *Brother Sam*, como primeiro ensaio para a constituição de uma força interamericana permanente, de acordo com os planos do Pentágono.

O governo de João Goulart, quando caiu, contava com 76% da opinião pública a seu favor[38], elevado índice de popularidade, não obstante a formidável campanha que as oposições interna e externa promoveram, com o objetivo de o desestabilizar. E o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, ao comentar a "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", realizada no Rio de Janeiro como manifestação de apoio ao levante militar, observou que "a única nota triste foi a participação obviamente limitada das classes baixas"[39], ou seja, a ausência de trabalhadores. Com

efeito, o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras[40], constituiu nitidamente um episódio de luta de classes, a refletir o aguçamento no nível tanto nacional quanto internacional dos antagonismos sociais e políticos que atingiram, a partir da Revolução Cubana, uma gravidade inaudita na América Latina. Os militares, vinculados política e ideologicamente à antiga Cruzada Democrática, foram os que então se apossaram do poder e, a sagrarem o *putsh* como Revolução Democrática ou Revolução Redentora, recorreram aos métodos de guerra civil para destruir a oposição e esmagar toda e qualquer forma de resistência. Entretanto, como homenagem do vício à virtude, eles tiveram de conservar, formalmente, os traços constitucionais e alguns aspectos da mecânica democrático-representativa, de modo a não constranger a administração do presidente Lyndon Johnson, sucessor de Kennedy, perante a própria opinião pública nos Estados Unidos, e a não dificultar, em consequência, sua cooperação militar e financeira[41].

Assim, embora o presidente John Kennedy adotasse, como um dos pressupostos da Aliança para o Progresso, a diretriz de não reconhecer governos que não obedecessem às normas do regime democrático-representativo, sua administração foi a que mais incentivou as Forças Armadas, percebidas como a organização social mais estável e modernizadora, a participar da política interna de seus respectivos países mediante "ações cívicas" e contrainsurreição, inaugurando um ciclo de golpes de Estado no Cone Sul. E o presidente Johnson, sem vacilações, deu-lhe continuação.

Notas

1 Telegrama nº 149,18h, secreto, recebido, DEA DAM 600.(35), da Delegação do Brasil na OEA, a embaixador Ilmar Pena Marinho,Washington, 5/6.4.1962, AHMRE-B, 600, (35), Peru, Situação Política, secreto, 1957/66.

2 *Ibidem*.

3 Carta-telegrama nº 42, secreto, DAM/DAS/600.35, da embaixada em Lima, a) embaixador Orlando Leite Ribeiro, 23.3/2.4.1962, AHMRE-B, CTs-Telegramas, recebidos e expedidos, secreto, H-L, 1962/63.

4 "Política externa norte-americana, análise de alguns aspectos", anexo 1 e único ao Ofício nº 516/900.1 (22), secreto, da embaixada do Brasil em Washington ao Ministério das Relações Exteriores, a) Roberto de Oliveira Campos, Washington, 13.6.1963, AHMRE-B, 900.1 (00). Política Internacional, de (10) a (98), 1951-66.

5 *Ibidem.*

6 *Ibidem.*

7 *Ibidem.*

8 *Ibidem.*

9 *Ibidem.*

10 *Ibidem.*

11 "Política externa norte-americana, análise de alguns aspectos", anexo 1 e único ao Ofício nº 316/900.1 (22), secreto, embaixada em Washington ao Ministério das Relações Exteriores, Washington, 13.6.1963, AHMRE-B, 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98), 1951-66.

12 Telegrama nº 303, confidencial, da Delegação do Brasil junto à OEA, a) embaixador Ilmar Pena Marinho, Washington, 25/25.6.1962, AHMRE-B, Junta Interamericana de Defesa, América, 1961/63.

13 "Política externa norte-americana, análise de alguns aspectos", anexo 1 e único ao Ofício nº 516, secreto, da embaixada em Washington, *loc. cit.*

14 US. Senate, Alleged Assassination Plats Involving Foreign Leaders, An Interin Report of the Select Committee to Study. Governmental Operations eith Respect to Intelligence Activities, 94th Congress, 1st. Session, November 20 (legislative day, November 18), 1975, US Government, Print Office, Washington, 1973, pp. 191-213 e 262-263.

15 Afonso Arinos de Mello Franco, *Planalto — Memórias*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968, pp. 83-84.

16 *Memorandum* de Arinos a Quadros, 28.2.1961, secreto, sem cópia no AHMRE-B, reproduzido. *In*: A. A. de Mello Franco, *op. cit*., pp. 83-84. Telegrama nº1130, 3 3.1961, l h p.m., embaixador John Moors Cabot para o secretário de Estado, confidencial, desclassificado em 27.8.1975. JFKL.

17 Kennedy dissera a Tad Szulc que estava a sofrer pressões por parte de alguns de seus assessores, para que ordenasse a eliminação de Fidel Castro, mas ele entendia que, por "motivos morais", os Estados Unidos não deveriam participar de assassinatos. E a seu assessor, Richard N. Goodwin, ponderou, alguns dias depois: "Não podemos nos envolver nesse tipo de coisas ou todos nós nos transformaremos em alvo". *Memorandum* de Arinos a Quadros, 28.2.1961, secreto, sem cópia no AHMRE-B, reproduzido. *In*: A. A. de Mello Franco, *op. cit*.

18 US Senate, *Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders*, pp. 173-176.

19 Tad Szulc, "Exportação da revolução cubana". *In*: *Cuba e os Estados Unidos.* Editor John Plank, Edições *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1968, p. 91.

20 Depoimento de Edward Korry, ex-embaixador dos Estados Unidos no Chile durante o governo de Salvador Allende, perante o Senado norte-americano. *In*: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14.2.1977.

21 Ruth Leacock, "JFK, Business and Brazil". *In*: *Hispanic American Historical Review*, 59 (4), November 1979, p. 654. O estudo de Ruth Leacock é um dos mais elucidativos sobre as relações entre os governos Kennedy e Goulart.

22 Leacock, *op. cit.*, p. 655.
23 *Ibidem*, p. 656.
24 *Ibidem*.
25 *Ibidem*, p. 657.
26 Entrevista de Lincoln Gordon a Roberto Garcia. *In*: *Veja*, São Paulo, 9.3.1977.
27 Um dos beneficiados foi Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara.
28 "Public papers John F. Kennedy", 1962, p. 871. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13.2.1962, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14.2.1962.
29 *Memorandum of Conversation*, December 13, 1962, NLK-76-96 §2º, JFKL.
30 *Ibidem*.
31 Central Intelligence Agency, NIE 93-263: "Situation and prospects in Brazil", 2.7.1963, JFKL.
32 Relatório do general de brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do inquérito policial militar que investigou o caso DJG. *Vide* também *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11.10.1963 e 12.10.1963. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11.10.1963 e 12.10.1963.
33 *Ibidem*.
34 "Diante das provas colhidas [...], não poderemos fugir à hipótese de que houve maquinação contra a vida ou a incolumidade ou a segurança do presidente da República". Parecer do general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, encaminhando o relatório das investigações à Justiça Militar, DJG. *Vide* também *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28.11.1963. Sobre o assunto, maiores detalhes em L. A. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil — 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, pp. 133-137.
35 L. A. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, pp. 174-186. Phylis R. Parker, *1964*: *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, pp. 102-110. Íntegra de vários documentos sobre a Operação *Brother Sam*. *In*: Marcos Sá Correa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, PM Editores, 1977, pp. 20-24.
36 Telegrama da embaixada americana para o Departamento de Estado, Buenos Aires, 1.4.1964, LBJL.
37 Rogelio Garcia Lupo, "El ojo en Brasil". *In*: *Marcha*. Montevidéu, 8.3.1963, nº1147.
38 Pesquisa do Ibope revelada pelo *Correio Brasiliense*, Brasília, 11.9.1989. *Vide* também pesquisa completa de Antônio Lavareda. *In*: *Isto é Senhor,* São Paulo, Editora Três, 12 de dezembro de 1990, nº 1108, pp. 44-46.
39 Telegrama, Lincoln Gordon a Dean Rusk, Rio de Janeiro, 2.4.1964, *National Security File*, *CEP*, vol. 3, LBJL.
40 *Vide* L. A. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, pp. 64-74, 126 e 140.
41 Entrevista de Lincoln Gordon ao autor. Washington, setembro de 1977. *Vide* também P. R. Parker, *op. cit.*, pp. 105 e 111-115. Dardo Cuneo, *La batalia de América Latina*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1964.